

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	83
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	90

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	146.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>146.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	22/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		0,01460

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.832.155	1.856.014
1.01	Ativo Circulante	318.342	333.759
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.574	14.241
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.647	26.523
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.647	26.523
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	6.647	26.523
1.01.03	Contas a Receber	13.107	26.264
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.107	26.264
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	1.840	1.239
1.01.03.02.02	Contas a Receber - partes relacionadas	11.214	24.942
1.01.03.02.03	Outros Créditos	53	83
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.128	6.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.128	6.066
1.01.07	Despesas Antecipadas	186	121
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	186	121
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	264.700	260.544
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	264.700	260.544
1.01.08.01.01	Participações à Comercializar	264.700	260.544
1.02	Ativo Não Circulante	1.513.813	1.522.255
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	73.847	71.539
1.02.01.03	Contas a Receber	149	149
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	149	149
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	73.698	71.390
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	73.698	71.390
1.02.02	Investimentos	1.361.207	1.374.556
1.02.02.01	Participações Societárias	1.361.207	1.374.556
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.361.207	1.374.556
1.02.03	Imobilizado	10.614	10.704
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.614	10.704
1.02.04	Intangível	68.145	65.456
1.02.04.01	Intangíveis	68.145	65.456

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.832.155	1.856.014
2.01	Passivo Circulante	100.099	108.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.223	1.047
2.01.01.01	Obrigações Sociais	84	89
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.139	958
2.01.02	Fornecedores	701	568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	701	568
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.505	39.870
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.647	4.726
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.647	4.726
2.01.04.02	Debêntures	48.858	35.144
2.01.04.02.01	Debêntures	48.858	35.144
2.01.05	Outras Obrigações	44.670	66.992
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	38.044	39.070
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	38.044	39.070
2.01.05.02	Outros	6.626	27.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.133	2.133
2.01.05.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	0	21.498
2.01.05.02.05	Outros Débitos	4.493	4.291
2.02	Passivo Não Circulante	355.887	386.995
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	330.143	369.974
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.986	23.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.986	23.552
2.02.01.02	Debêntures	308.080	346.331
2.02.01.02.01	Debêntures	308.080	346.331
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	77	91
2.02.01.03.01	Contratos de Aquisição de Ativos	77	91
2.02.02	Outras Obrigações	10.250	10.250
2.02.02.02	Outros	10.250	10.250
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	10.250	10.250
2.02.04	Provisões	15.494	6.771
2.02.04.02	Outras Provisões	15.494	6.771
2.02.04.02.04	Provisão para demandas judiciais e administrativas	15.494	6.771
2.03	Patrimônio Líquido	1.376.169	1.360.542
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	-5.929	-6.566
2.03.02.07	Reservas de Capital	-5.929	-6.566
2.03.04	Reservas de Lucros	178.980	146.331
2.03.04.01	Reserva Legal	2.713	2.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	176.267	143.618
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	690.139	707.798

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.779	18.063
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.539	-7.251
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.765	-2.967
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.646	-2.156
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.389	-1.402
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-123	-113
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-616	-613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.274	107
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.274	107
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.044	25.207
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.044	25.207
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.779	18.063
3.06	Resultado Financeiro	-14.789	-9.579
3.06.01	Receitas Financeiras	380	1.172
3.06.01.01	Receitas Financeiras	380	1.172
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.169	-10.751
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.169	-10.751
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.990	8.484
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.990	8.484
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.990	8.484
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,10267	0,05811
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,10264	0,05811

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.659	16.703
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.659	16.703

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.625	10.461
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.403	-9.232
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	14.990	8.484
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	123	113
6.01.01.05	Amortização do Intangível	18	613
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	598	799
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.129	9.526
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	1.146	-3.882
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	637	322
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-33.044	-25.207
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.028	19.693
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-62	-1.191
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	33.579	18.679
6.01.02.05	Fornecedores	133	1.098
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	181	117
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-5	-69
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	202	1.059
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	47.011	-20.679
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-5.210	-34.296
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	55.559	18.276
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-33	-1.307
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-3.305	-3.352
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.303	8.072
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-3.204	0
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	52.348
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	5.274
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	15.495
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-28.875	-28.359
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-31.948	-36.686
6.03.11	Juros pagos de empresas ligadas	-1.276	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.333	-2.146
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.241	2.952
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.574	806

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	637	0	0	0	637
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	637	0	0	0	637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.990	0	14.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.990	0	14.990
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.649	-14.990	-17.659	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	32.649	9.895	-9.895	32.649
5.06.05	Realização do Ajuste ao custo Atribuído	0	0	0	7.764	-7.764	0
5.06.07	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	0	-32.649	0	-32.649
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.929	178.980	0	690.139	1.376.169

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.844	0	775.616	1.370.819
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.844	0	775.616	1.370.819
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	322	0	0	0	322
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.484	0	8.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.484	0	8.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.187	-8.484	-16.703	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.187	-25.187	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.429	-10.429	0
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	6.274	-6.274	0
5.07	Saldos Finais	512.979	3.702	104.031	0	758.913	1.379.625

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	19.933	16.811
7.01.02	Outras Receitas	19.933	16.811
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	17.659	16.703
7.01.02.02	Outras Receitas	2.274	108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.637	-2.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.637	-2.765
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.296	14.046
7.04	Retenções	-739	-726
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-739	-726
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.557	13.320
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.424	26.379
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.044	25.207
7.06.02	Receitas Financeiras	380	1.172
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	50.981	39.699
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	50.981	39.699
7.08.01	Pessoal	2.653	3.207
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.484	3.009
7.08.01.02	Benefícios	102	139
7.08.01.03	F.G.T.S.	67	59
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	406	460
7.08.02.01	Federais	390	445
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	13	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.273	10.845
7.08.03.01	Juros	15.169	10.751
7.08.03.02	Aluguéis	104	94
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.990	8.484
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.990	8.484
7.08.05	Outros	17.659	16.703
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	17.659	16.703

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	3.431.313	3.403.687
1.01	Ativo Circulante	212.968	297.433
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.314	141.937
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.250	55.533
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	44.250	55.533
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	44.250	55.533
1.01.03	Contas a Receber	93.594	87.568
1.01.03.01	Clientes	45.608	45.402
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	47.986	42.166
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	39.020	34.330
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	3.057	2.736
1.01.03.02.03	Outros Créditos	5.909	5.100
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.657	8.071
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.657	8.071
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.153	4.324
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	6.153	4.324
1.02	Ativo Não Circulante	3.218.345	3.106.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	706.478	698.455
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	651.537	652.769
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	1.028	50
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	1.392	1.429
1.02.01.01.05	Impostos a Recuperar	2.406	2.310
1.02.01.01.06	Outros Créditos	29	29
1.02.01.01.07	Ativos de Operações Descontinuadas	646.682	648.951
1.02.01.03	Contas a Receber	957	957
1.02.01.03.01	Clientes	957	957
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.576	33.212
1.02.01.06.02	Créditos Tributários Diferidos	39.576	33.212
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.826	1.875
1.02.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	1.826	1.875
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.582	9.642
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.582	9.642
1.02.02	Investimentos	38	35
1.02.02.01	Participações Societárias	38	35
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	38	35
1.02.03	Imobilizado	1.322.996	1.236.201
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.322.996	1.236.201
1.02.04	Intangível	1.188.833	1.171.563
1.02.04.01	Intangíveis	1.188.833	1.171.563

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	3.431.313	3.403.687
2.01	Passivo Circulante	476.461	495.769
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.624	36.647
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.506	23.622
2.01.01.01.01	Impostos, taxas e contribuições	18.506	23.622
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.118	13.025
2.01.02	Fornecedores	61.112	57.647
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.112	57.647
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	347.059	341.631
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	90.931	118.331
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.931	118.331
2.01.04.02	Debêntures	254.759	216.951
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.369	6.349
2.01.05	Outras Obrigações	27.324	52.297
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.691	5.589
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.691	5.589
2.01.05.02	Outros	22.633	46.708
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.133	10.399
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	775	1.495
2.01.05.02.05	Contratos de Aquisição de Ativos	4.500	21.498
2.01.05.02.06	Outros Débitos	15.225	13.316
2.01.06	Provisões	8.342	7.547
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.342	7.547
2.01.06.01.05	Provisão para Manutenção	8.342	7.547
2.02	Passivo Não Circulante	1.578.733	1.547.376
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	775.726	734.792
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	149.748	215.334
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	149.748	215.334
2.02.01.02	Debêntures	607.506	500.972
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	18.472	18.486
2.02.02	Outras Obrigações	405.699	414.173
2.02.02.02	Outros	405.699	414.173
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas, Líquidas	9.066	8.908
2.02.02.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	10.250	10.250
2.02.02.02.05	Outros Débitos	4.401	6.608
2.02.02.02.06	Passivos de Operações Descontinuadas	381.982	388.407
2.02.03	Tributos Diferidos	362.987	366.477
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	362.987	366.477
2.02.04	Provisões	34.321	31.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.309	27.433
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	28.437	26.713
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais e Administrativas	1.872	720
2.02.04.02	Outras Provisões	4.012	4.501
2.02.04.02.04	Impostos, taxas e contribuições	4.012	4.501
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.376.119	1.360.542
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.02	Reservas de Capital	-5.929	-6.566
2.03.02.07	Reservas de Capital	-5.929	-6.566
2.03.04	Reservas de Lucros	178.980	146.331
2.03.04.01	Reserva Legal	2.713	2.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	176.267	143.618
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	690.139	707.798
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-50	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	205.364	167.366
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.658	-103.642
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-12.253	-16.109
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-1.665	-521
3.02.03	Custo de construção	-28.720	-28.536
3.02.04	Operação Portuária	-17.895	-11.741
3.02.05	Operação de cabotagem	-18.045	0
3.02.06	Custo com pessoal	-16.294	-9.437
3.02.07	Depreciação do imobilizado (custo)	-3.800	-2.257
3.02.08	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-9.522	-7.264
3.02.09	Amortização do intangível (custo)	-15.370	-13.445
3.02.10	Amortização do intangível (mais valia)	-12.924	-11.306
3.02.11	Obrigação da concessão	-3.170	-3.026
3.03	Resultado Bruto	65.706	63.724
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.276	-26.709
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.747	-27.507
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-11.313	-12.938
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.047	-4.003
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-8.269	-7.917
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-1.156	-971
3.04.02.05	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-915	-764
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-1.047	-914
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.471	798
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	4.471	798
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.430	37.015
3.06	Resultado Financeiro	-28.296	-24.388
3.06.01	Receitas Financeiras	5.444	3.653
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.099	1.690
3.06.01.02	Variação Cambial Passiva	3.345	1.963
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.740	-28.041
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-33.740	-28.041
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.134	12.627
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.911	-6.928
3.08.01	Corrente	-16.965	-11.342
3.08.02	Diferido	11.054	4.414
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.223	5.699
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	4.767	599
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	4.767	599
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.990	6.298
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.981	8.585
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9	-2.287
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.659	16.703
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	17.659	16.703
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.659	16.703

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.327	70.586
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.346	72.689
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	14.981	8.585
6.01.01.02	Provisão de devedores duvidosos	0	14
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-11.054	-4.414
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	15.393	11.256
6.01.01.05	Amortização do intangível	29.341	25.665
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.697	13.234
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	28.799	21.338
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	1.152	-148
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	637	322
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	158	-277
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	9	-2.287
6.01.01.15	Participações Destinadas a Venda	-4.767	-599
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.019	-2.103
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-206	-656
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	290	-266
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.682	-1.850
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-4.231	3.645
6.01.02.05	Fornecedores	3.465	-8.110
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.093	1.459
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	7.075	17
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16.965	11.342
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-22.081	-11.069
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-12.707	3.385
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-146.069	-63.881
6.02.02	Aquisição de Investimento	4.497	-4
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-105.974	-31.629
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-44.592	-32.248
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.881	-37.217
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	187.534	53.547
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-148.503	-45.020
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-40.912	-45.744
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-82.623	-30.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.937	60.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.314	30.177

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542	0	1.360.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542	0	1.360.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	637	0	0	0	637	0	637
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	637	0	0	0	637	0	637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.981	0	14.981	9	14.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.981	0	14.981	9	14.990
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.649	-14.981	-17.659	9	-59	-50
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.895	-9.895	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste ao custo atribuído	0	0	0	7.764	-7.764	0	0	0
5.06.07	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	32.649	-32.649	0	0	0	0
5.06.08	Adições de acionistas não controladores	0	0	0	9	0	9	-59	-50
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.929	178.980	0	690.139	1.376.169	-50	1.376.119

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.463	0	775.616	1.370.438	37.077	1.407.515
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.463	0	775.616	1.370.438	37.077	1.407.515
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	322	0	0	0	322	0	322
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322	0	322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.480	0	8.480	-2.013	6.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.585	0	8.585	-2.287	6.298
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-105	0	-105	274	169
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-105	0	-105	274	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.183	-8.480	-16.703	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.183	-25.183	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.429	-10.429	0	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	6.274	-6.274	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	3.702	103.646	0	758.913	1.379.240	35.064	1.414.304

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	244.076	214.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	193.455	153.086
7.01.02	Outras Receitas	50.621	61.857
7.01.02.01	Receitas de Construção	28.777	28.536
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	17.659	16.703
7.01.02.03	Outras Receitas	4.185	16.604
7.01.02.04	Provisão Para Devedores Duvidosos	0	14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-78.326	-77.934
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.700	-28.047
7.02.04	Outros	-58.626	-49.887
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-29.906	-21.322
7.02.04.02	Custos de Construção	-28.720	-28.536
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	0	-29
7.03	Valor Adicionado Bruto	165.750	137.009
7.04	Retenções	-44.734	-36.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.734	-36.921
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	121.016	100.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.099	1.690
7.06.02	Receitas Financeiras	2.099	1.690
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.115	101.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.115	101.778
7.08.01	Pessoal	19.825	18.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.812	15.136
7.08.01.02	Benefícios	2.865	2.336
7.08.01.03	F.G.T.S.	992	940
7.08.01.04	Outros	156	246
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.437	28.871
7.08.02.01	Federais	16.464	20.058
7.08.02.02	Estaduais	1.013	1.654
7.08.02.03	Municipais	7.960	7.159
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.437	28.961
7.08.03.01	Juros	34.740	17.288
7.08.03.02	Aluguéis	2.466	2.742
7.08.03.03	Outras	3.231	8.931
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.990	7.986
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.981	5.699
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	9	2.287
7.08.05	Outros	22.426	17.302
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	17.659	16.703
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	4.767	599

## Comentário do Desempenho

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO**

As informações desta seção são apresentadas na proporção da participação da Triunfo em cada controlada, exceto quando informado, e incluem o desempenho da controlada Rio Verde.

**CONSOLIDADO**

A Receita Líquida cresceu 21,7%, principalmente devido à:

- ① Aumento do tráfego, gerando um crescimento de 12,7% na receita bruta de Rodovias (+R\$ 14,6 milhões).
- ① A receita de carga própria na Portonave, através da Iceport, cresceu 71,9% (aproximadamente R\$6 milhões).
- ① Aumento do volume de movimentação de contêineres e receita de importação da Portonave, e crescimento no volume movimentado pela Iceport.
- ① Início da operação da Maestra no segmento de cabotagem (2T11), adicionando R\$ 13 milhões à receita bruta.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Operacional Bruta (ROB)</b>	<b>252.124</b>	<b>205.646</b>	<b>22,6%</b>
• Arrecadação de Pedágio	128.826	114.265	12,7%
• Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	28.720	28.536	0,6%
• Operação Portuária - Carga de Terceiros	36.328	28.780	26,2%
• Operação Portuária - Carga Própria	15.201	8.842	71,9%
• Geração e Venda de Energia	28.038	24.024	16,7%
• Operação de Cabotagem	13.100	-	n/c
• Outras Receitas	1.911	1.199	59,4%
Deduções da Receita Bruta	(21.478)	(16.088)	33,5%
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>230.646</b>	<b>189.558</b>	<b>21,7%</b>

**Custos Operacionais Consolidado**, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$103,3 milhões no 1T12, um aumento de 37,6%, principalmente devido à:

- ① O aumento dos custos operacionais do porto, principalmente devido ao crescimento das atividades comerciais e a retomada das operações de armazenamento refrigerado – Iceport.
- ① Início da operação da Maestra, responsável por custos operacionais de R\$ 23 milhões, incluindo os custos com pessoal.

Os Custos Operacionais das rodovias e geração de energia diminuíram, quando comparados ao 1T11, devido a ganhos de eficiência e custos adicionais no 1T11.

Vale notar que as receitas e custos de construção de ativos de concessões de rodovias são reconhecidos pelos montantes aplicados na realização de obras de melhoria e ampliação na infraestrutura da rodovia, que seguem o cronograma previsto no PER (Programa de Exploração da Rodovia) firmado entre o poder concedente e as concessionárias.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(150.707)</b>	<b>(115.155)</b>	<b>30,9%</b>
• Operação e Manutenção das Rodovias	(13.918)	(16.630)	-16,3%
• Custo de Construção	(28.720)	(28.536)	0,6%
• Operação Portuária	(17.895)	(11.741)	52,4%
• Operação de Cabotagem	(18.045)	-	n/c
• Geração de Energia	(1.881)	(2.703)	-30,4%
• Custo com Pessoal	(16.433)	(9.606)	71,1%
• Depreciação e Amortização	(47.388)	(40.042)	18,3%
• Obrigações da Concessão	(6.427)	(5.897)	9,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>79.939</b>	<b>74.403</b>	<b>7,4%</b>

## Comentário do Desempenho

As despesas operacionais reduziram 19,1% (redução de 23,1%, excluindo depreciação e amortização), principalmente devido ao crédito de imposto no negócio de cabotagem. Excluindo este fator, as despesas operacionais consolidadas estariam em linha com o 1T11.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(22.375)</b>	<b>(27.653)</b>	<b>-19,1%</b>
• Despesas Gerais e Administrativas	(11.771)	(13.332)	-11,7%
• Remuneração dos Administradores	(3.137)	(4.105)	-23,6%
• Despesas com Pessoal	(8.601)	(8.173)	5,2%
• Depreciação e Amortização	(3.155)	(2.672)	18,1%
• Outras Receitas (Despesas) Administrativas	4.289	629	581,9%

### **EBITDA AJUSTADO (+22.2%)**

O aumento do EBITDA consolidado ajustado deve-se ao crescimento das receitas e ganhos de eficiência nas operações existentes.

A margem EBITDA ajustada alcançada no 1T12 foi de 54,4%, uma redução de 1,5 pontos percentuais, quando comparada ao 1T11. A melhoria nas margens de rodovias e de geração de energia foi absorvida pelo impacto dos negócios em desenvolvimento (como exemplo, excluindo as operações de cabotagem, cuja maturação é esperado para o final de 2012, a margem EBITDA ajustada no 1T12 aumentaria quando comparada com o 1T11).

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>230.646</b>	<b>189.558</b>	<b>21,7%</b>
Receita de Construção	28.720	28.536	0,6%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>201.926</b>	<b>161.022</b>	<b>25,4%</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>14.981</b>	<b>8.585</b>	<b>74,5%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.430	7.259	16,1%
Resultado Financeiro	34.144	33.193	2,9%
Despesas (receitas) não recorrentes	157	4	3825,0%
Receita de Construção	28.720	28.536	0,6%
Custo de Construção	(28.720)	(28.536)	0,6%
Provisão para manutenção	1.665	521	219,6%
Participação de Acionistas não controladores	9	(2.287)	-100,4%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>59.386</b>	<b>47.275</b>	<b>25,6%</b>
Margem EBIT Ajustado	29,4%	29,4%	0,0 p.p.
Depreciações e Amortizações	50.543	42.714	18,3%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>109.929</b>	<b>89.989</b>	<b>22,2%</b>
Margem EBITDA Ajustado	54,4%	55,9%	-1,5 p.p.

### **LUCRO E LUCRO BASE DIVIDENDOS (+28,8%)**

O lucro base dividendos aumentou 28,8%, atingindo R\$ 31,9 milhões no 1T12, um dividendo (25% payout) de R\$ 0,055 por ação. A base de cálculo dos dividendos é calculada ajustando o lucro líquido do período para a realização da reserva de reavaliação e ajustes de avaliação de ativos, bem como para a equivalência patrimonial reconhecida no período em que o patrimônio líquido dos investimentos é negativo, considerando a constituição da reserva legal, o que corresponderia a 5% do lucro líquido no período.

## Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>57.564</b>	<b>46.750</b>	<b>23,1%</b>
Resultado Financeiro	(34.144)	(33.193)	2,9%
• Receitas Financeiras	2.658	2.229	19,2%
• Despesas Financeiras	(40.147)	(37.385)	7,4%
• Variação Cambial	3.345	1.963	70,4%
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>23.420</b>	<b>13.557</b>	<b>72,8%</b>
<b>Impostos Sobre Lucro</b>	<b>(8.430)</b>	<b>(7.259)</b>	<b>16,1%</b>
• Impostos Correntes	(19.900)	(12.818)	55,3%
• Impostos Diferidos	11.470	5.559	106,3%
<b>Participação de Acionistas Não Controladores</b>	<b>(9)</b>	<b>2.287</b>	<b>-100,4%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>14.981</b>	<b>8.585</b>	<b>74,5%</b>

<b>BASE DE DIVIDENDOS (R\$ mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
Lucro/Prejuízo Líquido	14.981	8.585	74,5%
Resultado de Investimentos Não Reconhecidos	9	(101)	n/c
Realização da Reserva de Reavaliação Reflexa	9.895	10.429	-5,1%
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.764	6.274	23,7%
Constituição da Reserva Legal (5%)	(750)	(424)	76,9%
<b>Lucro Base de Dividendos</b>	<b>31.899</b>	<b>24.763</b>	<b>28,8%</b>

## RODOVIAS

No segmento rodoviário, a Triunfo é acionista de três concessionárias: Concepa (100%), Concer (62,5%) e Econorte (100%). O **tráfego equivalente** aqui apresentado refere-se a **100%** de cada concessionária.

	1T12	1T11	Δ
<b>Tráfego Equivalente Total (em milhares)</b>	<b>21.290</b>	<b>19.793</b>	<b>7,6%</b>
CONCER (em milhares)	7.687	7.090	8,4%
CONCEPA (em milhares)	9.993	9.264	7,9%
ECONORTE (em milhares)	3.610	3.439	5,0%
<b>Tarifa Média Efetiva (R\$)</b>	<b>7,08</b>	<b>6,75</b>	<b>4,8%</b>

A receita de arredação de pedágio cresceu 12,7% no 1T12, um resultado de:

- (i) Crescimento de tráfego de 7,6% registrado pelas nossas concessionárias;
- (ii) Aumento do pedágio em duas concessionárias no 3T11 e 4T11 – Concer em agosto (3,9%), Concepa em outubro (7,14%) e Econorte em dezembro (4,21%).

A Receita da construção de ativos em concessão de rodovias - devido à reserva das melhorias na infraestrutura rodoviária, que seguem o cronograma estabelecido no Programa de Operação Rodoviária (PER), assinado entre o governo e as concessionárias, são equivalentes aos custos de construção definido abaixo - manteve-se estável no 1T12 comparado ao 1T11.

Como consequência, a receita líquida de rodovias cresceu 10,6% no 1T12.

## Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>159.457</b>	<b>144.000</b>	<b>10,7%</b>
Arrecadação de Pedágio	128.826	114.265	12,7%
Outras Receitas	1.911	1.199	59,4%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	28.720	28.536	0,6%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(13.213)</b>	<b>(11.780)</b>	<b>12,2%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>146.244</b>	<b>132.220</b>	<b>10,6%</b>

Os **custos** caíram 2,7%, principalmente devido à redução de 16,3% nos custos de Operação e Manutenção em virtude da expiração dos acordos assinados em 2010 entre as concessionárias e o governo, totalmente executado em 2011, para o plano de recuperação da rodovia. O aumento das **despesas operacionais** está em linha com o crescimento da receita do segmento.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Custos</b>	<b>(51.828)</b>	<b>(53.256)</b>	<b>-2,7%</b>
Operação e Manutenção	(13.918)	(16.630)	-16,3%
Custo de Construção de Ativos	(28.720)	(28.536)	0,6%
Custo com Pessoal	(6.020)	(5.064)	18,9%
Obrigações da Concessão	(3.170)	(3.026)	4,8%
<b>Despesas</b>	<b>(9.935)</b>	<b>(8.829)</b>	<b>12,5%</b>
Gerais e Administrativas	(5.702)	(4.103)	39,0%
Remuneração dos Administradores	(725)	(1.188)	-39,0%
Com Pessoal	(3.537)	(3.725)	-5,0%
Outras Despesas Operacionais	29	187	-84,5%

O aumento do **EBITDA ajustado** do segmento deve-se a maiores receitas e menores custos operacionais, conforme acima. A provisão para manutenção foi excluída do cálculo do EBITDA ajustado para o segmento de Rodovias.

No 1T12, o EBITDA ajustado foi de R \$ 86,1 milhões, representando 78% do EBITDA ajustado consolidado, reforçando a importância deste segmento e sua contribuição para investimentos em novos projetos.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>146.244</b>	<b>132.220</b>	<b>10,6%</b>
Receita de Construção	28.720	28.536	0,6%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>117.524</b>	<b>103.684</b>	<b>13,3%</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>33.401</b>	<b>27.125</b>	<b>23,1%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.177	5.540	83,7%
Resultado Financeiro	11.943	12.145	-1,7%
Despesas (receitas) não recorrentes	(34)	(165)	-79,4%
Receita de Construção	28.720	28.536	0,6%
Custo de Construção	(28.720)	(28.536)	0,6%
Provisão para manutenção	1.665	521	219,6%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>57.152</b>	<b>45.166</b>	<b>26,5%</b>
Margem EBIT Ajustado	48,6%	43,6%	5,0 p.p.
Depreciações e Amortizações	28.960	25.325	14,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>86.112</b>	<b>70.491</b>	<b>22,2%</b>
Margem EBITDA Ajustado	73,3%	68,0%	5,3 p.p.

## Comentário do Desempenho

### ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

A Triunfo detém participação de 50% na Portonave – Terminais Portuários de Navegantes S.A., localizado em Santa Catarina. A Portonave detém 100% da Iceport, empresa que opera uma câmara frigorífica e uma trading company. Os resultados dessa subsidiária também estão consolidados nessa seção.

A receita bruta do segmento portuário consiste em:

- ① Receita de movimentação de contêineres;
- ① A receita de outros serviços, como scanner de contentores, armazenagem, aluguel de pontos de frigoríficos e encargos Código ISPS;
- ① Receita de movimentação de carga da câmara fria Iceport da (in-out);
- ① A receita de operação de carga própria realizada pela *trading* também da Iceport.

O número de contêineres movimentados no 1T12 aumentou 12,5%, principalmente devido à operação da Iceport.

<b>PORTONAVE</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Movimentação de TEUs - Portonave (em milhares)</b>	<b>139.719</b>	<b>124.228</b>	<b>12,5%</b>
Tarifa Média Efetiva (R\$/TEU)	211,83	215,35	-1,6%
Caixas Movimentadas (Cheia) (em milhares)	58.901	55.383	6,4%
<b>ICEPORT</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Movimentação (in-out) (ton) (em milhares)</b>	<b>59.839</b>	<b>1.280</b>	<b>n/c</b>
Giro médio	0,62	0,04	n/c
Tarifa Média (R\$ Ton/mov)	14,24	17,30	n/c
<b>Trading (ton) (em milhares)</b>	<b>439</b>	<b>270</b>	<b>62,6%</b>
Tarifa média (R\$/ton)	72.589	68.943	5,3%
<b>Armazenagem (Ton) (em milhares)</b>	<b>105.749</b>	<b>706</b>	<b>n/c</b>
Tarifa média (R\$/ton)	17,22	17,56	n/c

As **Receitas** do segmento aumentaram 37,0% no 1T12, em consequência do maior volume de movimentação de TEUs e carga própria.

No 1T12, as importações representaram 48% do total de contêineres movimentados pela Portonave, reforçando o equilíbrio do terminal.

A receita de carga própria correspondeu a 29,5% da receita total do segmento (no 1T11 correspondeu a 23,3%). As deduções da receita bruta aumentaram, devido principalmente ao crescimento das operações de *trading*, que impactou ICMS, Pis e Cofins.

<b>(em R\$ mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>51.529</b>	<b>37.622</b>	<b>37,0%</b>
Receita da Movimentação de TEUs	34.831	28.780	21,0%
Receita de Movimentação In-Out - Iceport	1.497	-	n/c
Receita de carga própria (trading company)	15.201	8.842	71,9%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(2.476)</b>	<b>19,2%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>48.578</b>	<b>35.146</b>	<b>38,2%</b>

Os Custos portuários e as despesas operacionais aumentaram principalmente devido à retomada das atividades comerciais da Iceport.

## Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Custos</b>	<b>(22.884)</b>	<b>(16.114)</b>	<b>42,0%</b>
Operação e Manutenção	(2.944)	(3.504)	-16,0%
Custo de Operação - Iceport	(14.951)	(8.237)	81,5%
Custo com Pessoal	(4.989)	(4.373)	14,1%
<b>Despesas</b>	<b>(4.888)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>56,5%</b>
Gerais e Administrativas	(2.810)	(2.273)	23,6%
Remuneração dos Administradores	(454)	(356)	27,5%
Com Pessoal	(1.605)	(1.093)	46,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19)	598	-103,2%

A Margem EBITDA ajustada do segmento foi de 42,8% no 1T12. Desconsiderando as operações da Iceport a margem foi de 62,1% no 1T12 e 60,9% no 1T11.

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>48.578</b>	<b>35.146</b>	<b>38,2%</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>6.931</b>	<b>3.811</b>	<b>81,9%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.107	1.388	51,8%
Resultado Financeiro	(1.844)	(134)	1276,1%
Despesas (receitas) não recorrentes	4	0	n/c
Participação de Acionistas não controladores	9	(7)	-228,6%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>7.207</b>	<b>5.058</b>	<b>42,5%</b>
<b>Margem EBIT Ajustado</b>	<b>14,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>0,4 p.p.</b>
Depreciação e Amortizações	13.603	10.850	25,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>20.810</b>	<b>15.908</b>	<b>30,8%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>42,8%</b>	<b>45,3%</b>	<b>-2,5 p.p.</b>

## GERAÇÃO DE ENERGIA

### Rio Verde:

A Rio Verde Energia administra a UHE Salto, que possui energia assegurada de 67,8MW/hora e iniciou sua operação maio de 2010.

Em junho de 2007, a Rio Verde assinou com a Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., um contrato para a venda da totalidade da energia a ser gerada, pelo prazo de 16 anos, a partir do início de operação da usina, a um preço médio de R\$130,00 MW/hora, reajustado anualmente, em maio, pelo IGP-M. No 4T11, o preço médio do MW/hora foi de R\$166,22.

### Rio Canoas:

A Triunfo venceu, em julho de 2010, o leilão A-5 da ANEEL e garantiu a concessão da UHE Garibaldi (Rio Canoas Energia), por 35 anos. A usina tem 191,9MW de energia instalada e 83,3 MW de energia assegurada. A quantidade de 70% dessa energia já está vendida por todo o prazo de concessão por R\$108,00 o MW/hora. Alguns pontos a destacar:

- ① O CAPEX estimado desse empreendimento é de R\$760 milhões. O Capex no 1T12 foi de R\$ 96,5 milhões, acumulando R\$366 milhões até o momento.
- ① Para realizar o equity do projeto, a Companhia utilizou recursos da 3ª emissão de debêntures, captados em junho de 2011.

## Comentário do Desempenho

- ① Em novembro, a Rio Canoas Energia emitiu R\$150 milhões em debêntures. Essa emissão servirá como empréstimo-ponte do financiamento de longo prazo junto ao BNDES, que está sendo estruturado.
- ① O início da geração comercial da primeira turbina está previsto para outubro de 2014, com possíveis avanços na entrega.

### Receita de Geração de Energia:

**A Receita de Geração de Energia**, apresentada pela Rio Verde, cresceu 16,7% comparada ao 1T11, em linha com o crescimento da energia vendida e do reajuste de preços durante o período.

Deduções da Receita Bruta são compostas por PIS e COFINS e Pesquisa e Desenvolvimento

	1T12	1T11	Δ
<b>Energia Assegurada Vendida (MWh)</b>	148.143	137.872	7,4%
<b>(em R\$ mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>28.038</b>	<b>24.024</b>	<b>16,7%</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(2.756)</b>	<b>(1.832)</b>	<b>50,4%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>25.282</b>	<b>22.192</b>	<b>13,9%</b>

O **custo** de operação e manutenção reduziu 30,4%, principalmente devido aos custos remanescentes da obra de implantação da Usina de Salto, no 1T11. Os Custos operacionais totais, como consequência, reduziram 8,1%.

O aumento das **despesas operacionais** no 1T12 deve-se principalmente ao início da construção de Rio Canoas em 2011.

<b>(em R\$ mil)</b>	1T12	1T11	Δ
<b>Custos</b>	<b>(5.277)</b>	<b>(5.743)</b>	<b>-8,1%</b>
Operação e Manutenção	(1.881)	(2.703)	-30,4%
Custo com Pessoal	(139)	(169)	-17,8%
Obrigações da Concessão	(3.257)	(2.871)	13,4%
<b>Despesas</b>	<b>(1.496)</b>	<b>(1.310)</b>	<b>14,2%</b>
Gerais e Administrativas	(690)	(559)	23,4%
Remuneração dos Administradores	(178)	(246)	-27,6%
Com Pessoal	(446)	(336)	32,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(182)	(169)	7,7%

O **EBITDA ajustado** foi de R\$18,7 milhões no 1T12 e a margem foi de 73,9%, acumulando um EBITDA ajustado nos últimos 12 meses de R \$ 66,9 milhões.

A alteração do regime de tributação do lucro presumido para o lucro real acarretou no aumento do imposto de renda e contribuição social corrente. A base de cálculo do imposto diferido é impactado por ajustes permitidos pela legislação, principalmente pela realização do ajuste de avaliação patrimonial e dos ajustes resultantes da aplicação dos CPC's.

## Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>25.282</b>	<b>22.192</b>	<b>13,9%</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>5.111</b>	<b>209</b>	<b>2345,5%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.519	331	661,0%
Resultado Financeiro	5.057	8.805	-42,6%
Despesas (receitas) não recorrentes	182	169	7,7%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>12.869</b>	<b>9.514</b>	<b>35,3%</b>
Margem EBIT Ajustado	50,9%	42,9%	6,9 p.p.
Depreciações e Amortizações	5.822	5.794	0,5%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>18.691</b>	<b>15.308</b>	<b>22,1%</b>
Margem EBITDA Ajustado	73,9%	69,0%	4,4 p.p.

Vale ressaltar que o índice de alavancagem de 6,9x EBITDA do segmento, conforme comentado posteriormente, é consequência da fase atual dos projetos: investimentos iniciais elevados financiados por dívida de longo prazo e alinhadas aos fluxos de caixa futuros.

- ① A dívida da Rio Verde é financiada pelo empréstimo de longo prazo do BNDES, totalmente atrelada à venda antecipada de energia (non-recourse project finance). O Índice de alavancagem atual de 4,4x EBITDA vem diminuindo progressivamente, desde que as operações começaram em maio de 2010.
- ① Um empréstimo de longo prazo para o projeto de Rio Canoas será estruturado em termos similares a Rio Verde.

## CABOTAGEM

Os resultados aqui apresentados seguem a seguinte regra de consolidação:

- ① Até outubro de 2011, os resultados dos negócios de cabotagem eram 100% contabilizados pela Triunfo.
- ① Com a entrada da NYK, os resultados passaram a ser consolidados em 58,5%.

Em 2011, apenas o Maestra Atlântico estava em operação, pois o Maestra Mediterrâneo passava por reparos. Dois outros navios Maestra Caribe e Maestra Pacífico, passaram pelo processo de reflagging. Em Março de 2012, estes três navios iniciaram suas operações, permitindo ao negócio de cabotagem oferecer serviços com escalas semanais nos terminais em que atua. Desta forma, em apenas um mês a partir do 1T12 é refletido o potencial operacional total, com quatro navios.

	1T12	1T11	Δ
<b>Movimentação de TEUs Cabotagem (em milhares)</b>	<b>6.337</b>	<b>-</b>	<b>n/c</b>
Tarifa Média Efetiva (R\$/TEU) - Cabotagem	2.037,22	-	n/c

## Comentário do Desempenho

<b>(em R\$ mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>13.100</b>	-	n/c
Deduções da Receita Bruta	(2.558)	-	n/c
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>10.542</b>	-	n/c
<b>Custos</b>	<b>(23.330)</b>	-	n/c
Operação e Manutenção	(18.045)	-	n/c
Custo com Pessoal	(5.285)	-	n/c
<b>Despesas</b>	<b>(328)</b>	<b>(5.299)</b>	<b>-93,8%</b>
Gerais e Administrativas	(883)	(3.523)	-74,9%
Remuneração dos Administradores	(111)	(159)	-30,2%
Com Pessoal	(1.624)	(1.617)	0,4%
Outras Despesas Operacionais	2.290	-	n/c

As despesas operacionais diminuiram no 1T12, principalmente devido ao crédito fiscal.

O **EBITDA ajustado** negativo do segmento deve-se principalmente à fase inicial da operação. Além disso, o imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais atuais nas operações de cabotagem foram reconhecidos.

<b>(em R\$ mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>1T11</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>10.542</b>	-	n/c
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(12.361)</b>	<b>(5.836)</b>	<b>111,8%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.373)	-	n/c
Resultado Financeiro	4.199	2.798	50,1%
Participação de Acionistas não controladores	0	(2.280)	n/c
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>(14.535)</b>	<b>(5.318)</b>	<b>173,3%</b>
Depreciações e Amortizações	1.419	19	7368,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(13.116)</b>	<b>(5.299)</b>	<b>147,5%</b>

## Comentário do Desempenho

### CONTROLADORA

(em R\$ mil)	1T12	1T11	Δ
<b>Despesas</b>	<b>30.476</b>	<b>18.788</b>	<b>62,2%</b>
Gerais e Administrativas	(1.784)	(2.968)	-39,9%
Remuneração dos Administradores	(1.669)	(2.156)	-22,6%
Com Pessoal	(1.389)	(1.402)	-0,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.044	25.207	31,1%
Outras Despesas Operacionais	2.274	107	2025,2%
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(739)</b>	<b>(726)</b>	<b>1,8%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(14.789)</b>	<b>(9.579)</b>	<b>54,4%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>14.948</b>	<b>8.483</b>	<b>76,2%</b>
<b>EBIT</b>	<b>(3.307)</b>	<b>(7.145)</b>	<b>-53,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(2.568)</b>	<b>(6.419)</b>	<b>-60,0%</b>

O resultado de equivalência patrimonial é reflexo do desempenho das controladas.

The negative financial result increased 54.4%, mainly due to the 3<sup>rd</sup> debenture issued in 2Q11.

### PERFIL DA DÍVIDA E ALAVANCAGEM

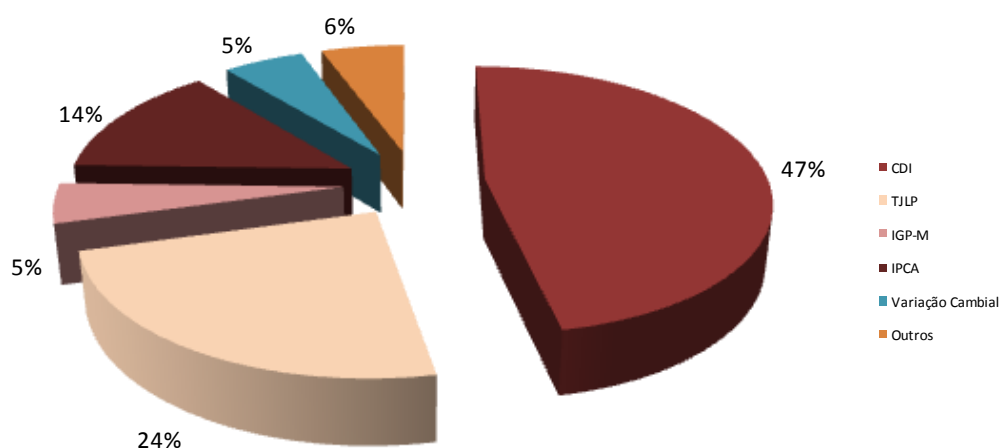
A alavancagem financeira continua em níveis baixos nos segmentos de Rodovias e Portos, o que nos permite investir em novos projetos, como Rio Canoas (Hidrelétrica de Garibaldi) e cabotagem.

O cronograma de amortização da dívida é mostrado abaixo. Dos R\$ 310 milhões a serem amortizados em 2012, R\$ 157 milhões estão relacionados ao empréstimo ponte da Rio Canoas, a ser pago após o BNDES liberar o empréstimo de longo prazo. Excluindo esta dívida, o montante de amortização previsto para 2012 é de R\$ 153 milhões, 41% do EBITDA ajustado dos últimos doze meses.

### FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (R\$ mil)

	ENERGIA	RODOVIAS	PORTO	SUBTOTAL CONTROLADORA	CABOTAGEM	TOTAL
2012	177.180	65.705	16.042	258.927	20.539	309.567
2013	27.603	64.086	20.772	112.461	57.658	197.711
2014	28.188	54.708	20.772	103.668	57.949	189.209
2015	25.559	73.739	20.772	120.070	102.949	232.640
2016	22.638	86.897	0	109.535	49.549	159.813
Após 2016	212.972	15.548	0	228.520	94.927	330.734
<b>Dívida Bruta</b>	<b>494.140</b>	<b>360.683</b>	<b>78.358</b>	<b>933.181</b>	<b>383.571</b>	<b>1.419.674</b>
	<b>ENERGIA</b>	<b>RODOVIAS</b>	<b>PORTO</b>	<b>SUBTOTAL CONTROLADORA</b>	<b>CABOTAGEM</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>458.239</b>	<b>316.083</b>	<b>66.676</b>	<b>840.998</b>	<b>349.347</b>	<b>1.292.788</b>
EBITDA 12 meses	66.869	301.643	73.207	441.719	n/c	371.891
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	6,85	1,05	0,91	1,90	n/c	3,48

## Comentário do Desempenho



### INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O segmento de Rodovias já fez investimentos significativos em ativos fixos e investimentos futuros que serão alocados até o final da concessão, conforme definido nos contratos de concessão. Do total dos investimentos no 1T12, a Rio Canoas absorveu cerca de 64%, e a operação de Rodovias absorveram 18%.

#### INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 1T12

	1T12	%
Concer	7.228	4,8%
Concepa	16.265	10,8%
Econorte	5.522	3,7%
Portonave	10.339	6,9%
Portonaus	7.052	4,7%
Santa Rita	1.049	0,7%
Cabotagem	77	0,1%
Rio Canoas	96.534	64,1%
Rio Verde	31	0,0%
Controladora e Outros Investimentos	6.500	4,3%
<b>Total Capex</b>	<b>150.597</b>	<b>100,0%</b>

## 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída através da ata de constituição de Sociedade por Ações em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

### a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de março de 2012 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

#### i) *Concessionárias de rodovias*

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

## Notas Explicativas

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

### ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

### iii) *Geração de energia elétrica*

#### Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

## Notas Explicativas

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2012, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due dilligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

### Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº

## Notas Explicativas

03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 782.000<sup>1</sup>. A expectativa da Administração é que 65% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 31 de março de 2012 foram investidos o montante de R\$184.457, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

Em 06 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC) e encontra-se atualmente em fase final de análise no departamento técnico do BNDES.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão. As demais máquinas estão previstas para entrar em suas atividades operacionais em novembro de 2014 (2ª máquina) e dezembro de 2014 (3ª máquina).

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

### Outros

Em 31 de março de 2012, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 14.926.

#### iv) *Administração de portos*

### Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais

---

<sup>1</sup> Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

## Notas Explicativas

Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, os quais não geraram perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

### Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

## Notas Explicativas

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia, que efetuará o pagamento em até 180 dias, com correção do preço pela variação acumulada do IGPM-FGV, acrescidos de juros de 6% ao ano.

### Cruzeiro do Sul

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m<sup>2</sup> na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de março de 2012, foi liquidada a parcela inicial no montante de R\$6.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

### Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonau, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonau efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

#### v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui,

## Notas Explicativas

como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), foi constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Maestra – Navegação e Logística S.A. (“Maestra”), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra na operação de cabotagem no Brasil.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (“NYK”), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem no Brasil.

## Notas Explicativas

### b) Eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2012

#### *Emissões de debêntures*

##### i) Concepa – 5ª Emissão de Debêntures

A controlada Concepa emitiu debêntures simples e não conversíveis em ações, no montante de R\$160.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17, item b).

#### *Administração de portos*

##### ii) Aquisição Moss

Conforme descrito no item a) iv), a controlada Portonaus adquiriu 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais – ITRs - em 8 de maio de 2012.

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2012, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2012. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos

## Notas Explicativas

financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

### **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### **2.2.2 Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

## Notas Explicativas

### 2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto na proporção das suas participações, conforme segue:

Companhias	Controle	31/03/12		31/12/11	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada em conjunto	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (i)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Starport Participações Ltda. ("Starport") (i)	Controlada	-	99,9	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iii)	Controlada	12,0	88,0	12,0	88,0
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	Controlada	-	100,0	-	100,0
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonaus S.A. - Terminais Portuários ("Portonaus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss") (v)	Controlada	-	91,0	-	-
Maestra Navegação S.A. ("Maestra")	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (iv)	Controlada em conjunto	-	58,5	-	58,5
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
NTL - Navegação e Logística S.A ("NTL")	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
Trevally Participações e Investimentos S.A (" Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A ("Rio Canoas")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos S.A. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações Ltda ("Jahy")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Luve Participações e Investimentos S.A. ("Luve")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Clara Participações e Investimentos S.A. ("Santa Clara")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	99,0	-	99,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium, Starport e TPI-Log detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave S.A..
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (iv) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.
- (v) Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus adquiriu 91% de participação da Moss, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

## Notas Explicativas

- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

### 2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
<b>Controladora</b>	<b>1.376.169</b>	1.360.542	<b>14.990</b>	8.484
<b>Equivalência patrimonial não reconhecida:</b>				
Maestra	-	-	-	101
<b>Participação de acionistas não controladores</b>	<b>(50)</b>	-	<b>(9)</b>	(2.287)
<b>Consolidado</b>	<b>1.376.119</b>	1.360.542	<b>14.981</b>	6.298

No período que serviu de base para a preparação das informações trimestrais, a controlada Maestra apresenta passivo a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas informações trimestrais da controladora.

Em 2011, a Companhia reavaliou a política adotada e passou a reconhecer investimentos negativos para os quais apresentam passivos a descoberto, sendo os mesmos reconhecidos na rubrica de “Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias”.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no primeiro trimestre de 2012.

### 3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações para efeitos de IFRS: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as informações trimestrais de 31 de março de 2012.

## Notas Explicativas

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, os quais deverão ser adotados também pelo CPC, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras, com exceção da adoção dos IFRS 10 e 11, os quais podem alterar a apresentação dos balanços patrimoniais e resultados consolidados da Companhia.

O IFRS 10 substituirá o IAS 27 e o SIC 12; e o IFRS 11 substituirá o IAS 31, sendo suas principais mudanças, a nova e abrangente definição de controle e investidas a serem consolidadas e a forma de reconhecer controle compartilhado em entidades - “joint ventures”. Pelo IFRS 11, não existirá a possibilidade de reconhecer controle compartilhado por meio de consolidação proporcional cabendo somente o reconhecimento através da aplicação do método de equivalência patrimonial. Em consequência, certas investidas no segmento de Porto, Rodovia e Cabotagem deixarão de ser consolidadas proporcionalmente e poderão ser reconhecidas através de equivalência patrimonial e/ou consolidação integral. A Administração está em andamento com estudos para determinação desses efeitos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Disponibilidades	2.528	6.805	15.709	115.929
Aplicações financeiras	25.046	7.436	43.605	26.008
	<b>27.574</b>	14.241	<b>59.314</b>	141.937

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

### 5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa, Econorte e Concer constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Portonave possui um “escrow account” junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Triunfo (controladora)	<b>6.647</b>	26.523
Concepa	<b>13.717</b>	7.597
Econorte	<b>17.653</b>	14.686
Concer	<b>978</b>	-
Portonave	<b>6.283</b>	6.777
	<b>45.278</b>	<b>55.583</b>
Parcela do circulante	<b>44.250</b>	55.533
Parcela do não circulante	<b>1.028</b>	50

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

**6. Contas a receber**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	<b>18.615</b>	17.114
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	<b>13.941</b>	13.839
Serviços de cabotagem	<b>13.019</b>	10.327
Operação de trading	<b>1.050</b>	5.139
Outras contas a receber	<b>40</b>	40
	<b>46.665</b>	46.459
Provisão para devedores duvidosos	<b>(100)</b>	(100)
	<b>46.565</b>	<b>46.359</b>
Parcela do circulante	<b>45.608</b>	45.402
Parcela do não circulante	<b>957</b>	957

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
A vencer	<b>46.565</b>	46.359
Vencidos há mais de 90 dias	<b>100</b>	100
	<b>46.665</b>	<b>46.459</b>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Saldo no início do exercício	<b>(100)</b>	(83)
Adições	<b>-</b>	(17)
Saldo no final do exercício	<b>(100)</b>	<b>(100)</b>

## Notas Explicativas

### 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	<b>5.942</b>	4.231	<b>6.349</b>	4.609
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	<b>138</b>	128
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<b>86</b>	1.736	<b>1.537</b>	2.598
Programa de Integração Social – PIS	<b>8</b>	8	<b>187</b>	47
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	<b>812</b>	177
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	<b>32</b>	32	<b>2.786</b>	2.563
Outros	<b>60</b>	59	<b>254</b>	259
	<b>6.128</b>	6.066	<b>12.063</b>	10.381
Parcela do circulante	<b>6.128</b>	6.066	<b>9.657</b>	8.071
Parcela do não circulante	-	-	<b>2.406</b>	2.310

### 8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	<b>14.558</b>	10.513
Contribuição social diferida	<b>5.242</b>	3.784
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	<b>14.541</b>	13.908
Contribuição social diferida	<b>5.235</b>	5.007
	<b>39.576</b>	33.212

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e gastos diferidos baixados no resultado em 2008.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é superior a 12 meses.

## Notas Explicativas

### 9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$11.606, R\$15.765 e de R\$9.523, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das informações trimestrais, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas informações trimestrais, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/03/12			31/12/11		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	2.500	-	-	10.000	-	-
Concer	5.626	-	-	158	-	-
Rio Verde	3.057	-	-	2.458	-	-
Concepa	-	-	-	6.717	-	-
TPI-Log	-	-	-	5.578	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (iii)	-	37.944	1.276	-	38.969	3.568
Outros:						
Concepa	31	-	98	31	-	374
Outros	-	100	-	-	101	-
Total do circulante	11.214	38.044	1.374	24.942	39.070	3.942
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	47.867	-	(700)	48.568	-	7.774
Concepa	-	-	-	-	-	28
NTL (ii)	23.195	-	738	22.372	-	3.607
Maestra	-	-	-	-	-	13
Vetorial (iv)	223	-	6	216	-	1
Outros:						
Outros	2.413	-	-	234	-	-
Total do não circulante	73.698	-	44	71.390	-	11.423
Total	84.912	38.044	1.418	96.332	39.070	15.365

- (i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desigualização da participação dos sócios.
- (ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Os principais contratos firmados em 2012 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v)

## Notas Explicativas

apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	31/03/12			31/12/11		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	3.057	-	-	2.736	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	-	-	-	534	-
CTSA (Portonave) (i)	-	877	-	-	262	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	2.570	-	-	3.539	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.244	-	-	1.252	-
Outros:						
Outros	-	-	-	-	2	-
<b>Total do circulante</b>	<b>3.057</b>	<b>4.691</b>	<b>-</b>	<b>2.736</b>	<b>5.589</b>	<b>-</b>
Mútuos financeiros:						
NTL (iii)	10.059	-	306	9.284	-	1.497
Vetorial (iv)	223	-	6	216	-	1
Outros:						
Outros	2.300	-	-	142	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>12.582</b>	<b>-</b>	<b>312</b>	<b>9.642</b>	<b>-</b>	<b>1.498</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	4.138	-	892	74	-	17.551
CTSA (Rio Canoas) (vi)	27.785	-	-	31.985	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	10.423	-	740	28.507	-	2.759
<b>Total do não circulante</b>	<b>54.928</b>	<b>-</b>	<b>1.944</b>	<b>70.208</b>	<b>-</b>	<b>21.808</b>
<b>Total</b>	<b>57.985</b>	<b>4.691</b>	<b>1.944</b>	<b>72.944</b>	<b>5.589</b>	<b>21.808</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias e a Portonave contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) A Triunfo e a NTL possuem um mútuo entre elas. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

## Notas Explicativas

### 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de março de 2012, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$ 264.700 (R\$ 260.544 em 31 de dezembro de 2011), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		31/03/12	31/12/11
Capital Social	99,99	<b>130.000</b>	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	<b>30.417</b>	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	100	<b>88.826</b>	89.701
Reserva legal	100	<b>644</b>	517
Reserva de lucros	100	<b>14.813</b>	9.898
		<b>264.700</b>	260.544

A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$4.767.

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

**Notas Explicativas**

<b><u>Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas</u></b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativos		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	159	248
Contas a receber	9.898	9.230
Impostos a recuperar	22.135	8.007
Aplicações financeiras vinculadas	8.003	17.625
Despesas antecipadas	103	268
Outros créditos	1.132	542
	<b>41.430</b>	<b>35.920</b>
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.980	4.017
Impostos a recuperar	14.002	16.001
Imobilizado	587.226	592.966
Intangível	44	47
	<b>605.252</b>	<b>613.031</b>
Total do ativo	<b>646.682</b>	<b>648.951</b>
<b><u>Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas</u></b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Passivo		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	18.005	22.056
Fornecedores	1.184	1.129
Salários e encargos sociais	202	148
Obrigações fiscais	3.907	3.744
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.316	3.910
Dividendos a pagar	3.057	2.458
Outras obrigações	8.754	4.406
	<b>37.425</b>	<b>37.851</b>
Passivo não circulante		
Empréstimo e financiamentos	298.725	304.259
Imposto de renda e contribuição social		
Diferidos	45.759	46.209
Outras obrigações	73	88
	<b>344.557</b>	<b>350.556</b>
Patrimônio líquido		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.417	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	88.826	89.701
Reserva legal	644	517
Reserva de lucros	14.813	9.898
Total do patrimônio líquido	<b>264.700</b>	<b>260.544</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>646.682</b>	<b>648.951</b>

**Notas Explicativas**

<b>Demonstração do resultado de operações descontinuadas</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Receita operacional líquida	<b>25.282</b>	22.192
Custos operacionais		
Salários e encargos sociais	<b>(26)</b>	(62)
Administradores	<b>(113)</b>	(107)
Operação e manutenção	<b>(1.850)</b>	(2.703)
Compra de energia elétrica	<b>(31)</b>	-
Depreciação	<b>(5.772)</b>	(5.770)
Encargos do setor elétrico	<b>(3.257)</b>	(2.871)
Total dos custos operacionais	<b>(11.049)</b>	(11.513)
Lucro operacional bruto	<b>14.233</b>	10.679
Despesas operacionais, líquidas		
Salários e encargos sociais	<b>(332)</b>	(256)
Administradores	<b>(90)</b>	(102)
Administrativas	<b>(458)</b>	(394)
Depreciação e amortização	<b>(37)</b>	(23)
Outras receitas e despesas	<b>(182)</b>	(169)
Total das despesas operacionais, líquidas	<b>(1.099)</b>	(944)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	<b>13.134</b>	9.735
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	<b>559</b>	539
Despesas financeiras	<b>(6.407)</b>	(9.344)
Total do resultado financeiro	<b>(5.848)</b>	(8.805)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	<b>7.286</b>	930
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(2.935)</b>	(1.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>416</b>	1.145
Lucro líquido do período	<b>4.767</b>	599
Lucro por ação básico e diluído – R\$	<b>0,0675</b>	0,0070

**Notas Explicativas**

<b><u>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</u></b>	<b><u>31/03/2012</u></b>	<b><u>31/03/2011</u></b>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	<b>4.767</b>	599
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	<b>5.809</b>	5.793
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>6.167</b>	6.845
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(415)</b>	(1.145)
Baixa de bens do imobilizado	<b>41</b>	-
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	<b>(668)</b>	(745)
Impostos a recuperar	<b>2.003</b>	1.564
Outros variações no ativo ativos	<b>(4.935)</b>	30
Fornecedores	<b>55</b>	(596)
Obrigações sociais	<b>54</b>	35
Obrigações fiscais	<b>163</b>	(656)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(1.596)</b>	(314)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(6.189)</b>	(6.727)
Outras obrigações	<b>287</b>	2.207
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<b>5.543</b>	6.890
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	<b>(109)</b>	(20)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(109)</b>	(20)
Atividades de financiamento		
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	<b>(11)</b>	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>(5.512)</b>	(6.900)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<b>(5.523)</b>	(6.900)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<b>(89)</b>	(30)
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	<b>248</b>	59
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>159</b>	29

## Notas Explicativas

<b>Demonstrações do valores adicionados de operações descontinuadas</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Receitas	<b>28.038</b>	23.772
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Receitas relativas à venda de energia	<b>28.038</b>	23.772
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(5.968)</b>	(6.921)
Custos aplicados nos ativos próprios	<b>(5.354)</b>	(4.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(614)</b>	(1.948)
Valor adicionado bruto	<b>22.070</b>	16.851
Depreciação	<b>(5.809)</b>	(6.181)
Amortização	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>16.261</b>	10.670
Valor adicionado recebido em transferência	<b>559</b>	539
Receitas financeiras	<b>559</b>	539
Valor adicionado total a distribuir	<b>16.820</b>	11.209
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>16.820</b>	11.209
Pessoal	<b>409</b>	433
Remuneração direta	<b>334</b>	323
Benefícios	<b>59</b>	94
F.G.T.S.	<b>16</b>	16
Impostos, taxas e contribuições	<b>5.207</b>	2.571
Federais	<b>5.179</b>	2.565
Estaduais	-	5
Municipais	<b>28</b>	1
Remuneração de capitais de terceiros	<b>6.437</b>	7.606
Juros relativos à capitais de terceiros	<b>6.407</b>	7.580
Aluguéis	<b>30</b>	26
Lucros (prejuízo) retidos do exercício	<b>4.767</b>	599
Lucro (prejuízo) do período	<b>4.767</b>	599

### Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação da controlada Rio Verde como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

## 11. Despesas de exercícios seguintes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Gastos com apólices de seguros (i)	<b>57</b>	84	<b>7.236</b>	6.074
Outros gastos	<b>129</b>	37	<b>743</b>	125
	<b>186</b>	121	<b>7.979</b>	6.199
Parcela do circulante	<b>186</b>	121	<b>6.153</b>	4.324
Parcela do não circulante	-	-	<b>1.826</b>	1.875

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

## Notas Explicativas

## 12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 31/03/12	Investimentos permanentes em 31/12/11
Econorte	101.651	100,0%	101.651	-	101.651	95.401
Rio Tibagi	2.979	100,0%	2.979	-	2.979	2.116
Concepa	93.832	100,0%	93.832	-	93.832	114.169
Rio Guaíba	2.064	100,0%	2.064	-	2.064	6.622
Concer	430.530	62,5%	269.081	-	269.081	273.072
Rio Bonito	2.693	62,5%	1.683	-	1.683	2.068
Convale	350	100,0%	350	10	360	359
Vessel-Log	-	58,5%	-	-	-	3.636
Tucano	7.460	100,0%	7.460	-	7.460	5.620
Retirinho	393	100,0%	393	-	393	355
Guariroba	1.824	100,0%	1.824	-	1.824	1.786
Santa Rita	94.654	12,0%	11.358	-	11.358	11.190
Estrela	524	100,0%	524	-	524	228
Rio Dourado	1	100,0%	1	-	1	1
TPI-Log	676.615	100,0%	676.615	-	676.615	668.065
Trevally	1	100,0%	1	4	5	1
MaNave	5.328	100,0%	5.328	-	5.328	4.513
Portonaus	314	100,0%	314	-	314	-
Rio Canoas	184.456	100,0%	184.456	-	184.456	184.113
Taboca	1.270	100,0%	1.270	-	1.270	1.231
TNE	1	100,0%	1	-	1	1
Anddis	1	100,0%	1	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	1	1
Jahy	1	100,0%	1	-	1	1
Santip	1	100,0%	1	-	1	1
Luve	1	100,0%	1	-	1	1
Santa Clara	1	100,0%	1	-	1	1
Tijoá	1	100,0%	1	-	1	1
ATTT	-	64,0%	-	-	-	1
Rio Claro	1	100,0%	1	-	1	1
<b>Total Investimentos</b>	<b>1.606.948</b>		<b>1.361.193</b>	<b>14</b>	<b>1.361.207</b>	<b>1.374.556</b>
Rio Paraíba	(399)	100,0%	(399)	-	(399)	(399)
Ecovale	1	52,5%	1	(50)	(49)	(51)
Maestra	(6.553)	58,5%	(3.834)	-	(3.834)	(3.950)
Vessel-Log	(3.229)	58,5%	(1.889)	-	(1.889)	-
NTL	(15.410)	58,5%	(9.015)	(308)	(9.323)	(2.368)
Portonaus	-	100,0%	-	-	-	(3)
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(25.590)</b>		<b>(15.136)</b>	<b>(358)</b>	<b>(15.494)</b>	<b>(6.771)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>1.581.358</b>		<b>1.346.057</b>	<b>(344)</b>	<b>1.345.713</b>	<b>1.367.785</b>

## Notas Explicativas

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/11	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Transferência	Investimentos permanentes em 31/03/12	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/11
Econorte	95.401	-	6.250	-	-	101.651	3.193
Rio Tibagi	2.116	-	3.164	(2.301)	-	2.979	4.374
Concepa	114.169	-	6.546	(26.883)	-	93.832	2.288
Rio Guaíba	6.622	-	10.942	(15.500)	-	2.064	11.046
Concer	273.072	-	3.352	(7.343)	-	269.081	2.869
Rio Bonito	2.068	-	3.147	(3.532)	-	1.683	3.359
Convale	359	1	-	-	-	360	-
Rio Paraíba	(399)	-	-	-	-	(399)	-
Ecovale	(51)	4	(2)	-	-	(49)	-
Maestra	(3.950)	-	116	-	-	(3.834)	(1.703)
Vessel-Log	3.636	-	(5.525)	-	-	(1.889)	(1.471)
Tucano	5.620	1.867	(27)	-	-	7.460	(22)
Retirinho	355	38	-	-	-	393	-
Guariroba	1.786	38	-	-	-	1.824	-
Santa Rita	11.190	192	(24)	-	-	11.358	(1)
Estrela	228	297	(1)	-	-	524	-
Rio Dourado	1	-	-	-	-	1	-
TPI-Log	668.065	1.409	7.141	-	-	676.615	3.811
NTL	(2.368)	-	(6.955)	-	-	(9.323)	(2.765)
Trevally	1	4	-	-	-	5	(2)
MaNave	4.513	826	(11)	-	-	5.328	-
Portonaus	(3)	483	(166)	-	-	314	-
Rio Canoas	184.113	-	343	-	-	184.456	(368)
Taboca	1.231	39	-	-	-	1.270	-
TNE	1	-	-	-	-	1	-
Anddis	1	-	-	-	-	1	-
Dable	1	-	-	-	-	1	-
Jahy	1	-	-	-	-	1	-
Santip	1	-	-	-	-	1	-
Luve	1	6	(6)	-	-	1	-
Santa Clara	1	6	(6)	-	-	1	-
Tijoá	1	-	-	-	-	1	-
ATTT	1	-	(1)	-	-	-	-
Rio Claro	1	-	-	-	-	1	-
Rio Verde (i)	-	-	4.767	-	(4.767)	-	599
<b>Total</b>	<b>1.367.785</b>	<b>5.210</b>	<b>33.044</b>	<b>(55.559)</b>	<b>(4.767)</b>	<b>1.345.713</b>	<b>25.207</b>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de março de 2012 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda. Vide nota explicativa nº 10.

## Notas Explicativas

## 13. Imobilizado

Custo	Imobilizado										
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	em Andamento (i)	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros (ii)	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	159.080	546.655	242.208	5.180	11.520	270.071	6.022	42.888	81.351	32.379	1.397.354
Construções / Aquisições	2.715	582	6.907	146	122	93.627	1.564	235	17	59	105.974
Baixas	-	-	-	-	(10)	(2.239)	(68)	-	-	(388)	(2.705)
Transferências	(44)	129	288	-	3	1.947	-	-	87	(2.323)	87
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>161.751</b>	<b>547.366</b>	<b>249.403</b>	<b>5.326</b>	<b>11.635</b>	<b>363.406</b>	<b>7.518</b>	<b>43.123</b>	<b>81.455</b>	<b>29.727</b>	<b>1.500.710</b>
<b>Depreciação</b>											
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	-	(55.093)	(85.168)	(1.754)	(7.514)	-	(2.365)	(4.341)	(1.517)	(3.401)	(161.153)
Depreciação	-	(1.386)	(1.548)	(53)	(174)	-	(225)	(161)	(1.020)	(389)	(4.956)
Depreciação - Custo atribuído	-	(4.393)	(4.910)	(81)	(378)	-	(33)	(540)	-	(102)	(10.437)
Baixas	-	-	-	-	8	-	30	-	-	-	38
Transferências	-	-	(1.119)	-	-	190	-	-	(87)	(190)	(1.206)
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>-</b>	<b>(60.872)</b>	<b>(92.745)</b>	<b>(1.888)</b>	<b>(8.058)</b>	<b>190</b>	<b>(2.593)</b>	<b>(5.042)</b>	<b>(2.624)</b>	<b>(4.082)</b>	<b>(177.714)</b>
<b>Valor residual líquido</b>											
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	159.080	491.562	157.040	3.426	4.006	270.071	3.657	38.547	79.834	28.978	1.236.201
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>161.751</b>	<b>486.494</b>	<b>156.658</b>	<b>3.438</b>	<b>3.577</b>	<b>363.596</b>	<b>4.925</b>	<b>38.081</b>	<b>78.831</b>	<b>25.645</b>	<b>1.322.996</b>

- (i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
- (ii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$21.714, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Ativos do porto - Portonave	Camara Frigorífica - Portonave	UHE Salto - Rio Verde (**)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto - Rio Verde (**)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
<b>Ajuste ao custo atribuído</b>	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	-	552.137
Transferência para operações descontinuadas	-	-	(143.194)	(143.194)	(48.686)	-	-
Depreciação acumulada	(95.427)	(2.165)	-	(97.592)	(33.182)	(4.989)	(69.399)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>592.468</b>	<b>3.319</b>	<b>-</b>	<b>595.787</b>	<b>202.568</b>	<b>(4.989)</b>	<b>482.738</b>
Depreciação do período	(9.897)	(540)	-	(10.437)	(3.549)	(876)	(7.764)
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>582.571</b>	<b>2.779</b>	<b>-</b>	<b>585.350</b>	<b>199.019</b>	<b>(5.865)</b>	<b>474.974</b>

(\*\*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICPC10 e CPC 37.

## Notas Explicativas

## 14. Intangível

Custo	Controladora						Total Controladora
	Ágio na aquisição da						
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	41.476	114	267	4.028	37.649	433	83.967
Adições	-	-	-	-	3.298	7	3.305
Baixas	-	-	-	-	-	(26)	(26)
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>41.476</b>	<b>114</b>	<b>267</b>	<b>4.028</b>	<b>40.947</b>	<b>414</b>	<b>87.246</b>
<b>Amortização</b>							
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(18.220)	-	(57)	-	-	(234)	(18.511)
Amortização	(589)	-	(9)	-	-	(18)	(616)
Baixas	-	-	-	-	-	26	26
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>(18.809)</b>	<b>-</b>	<b>(66)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(226)</b>	<b>(19.101)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	23.256	114	210	4.028	37.649	199	65.456
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>22.667</b>	<b>114</b>	<b>201</b>	<b>4.028</b>	<b>40.947</b>	<b>188</b>	<b>68.145</b>
Custo	Consolidado						Total
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Linhas de Transmissão (vi)	Ágio na aquisição da Portonave (ii)	Outros Intangíveis (vii)	Total	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	83.967	1.626.474	2.663	135.292	37.140	1.885.536	
Adições	3.305	28.720	-	-	12.567	44.592	
Baixas	(26)	(68)	-	-	-	(94)	
Transferência	-	2.049	-	-	-	2.049	
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>87.246</b>	<b>1.657.175</b>	<b>2.663</b>	<b>135.292</b>	<b>49.707</b>	<b>1.932.083</b>	
<b>Amortização</b>							
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(18.511)	(678.701)	(206)	(16.431)	(124)	(713.973)	
Amortização	(616)	(15.732)	(44)	-	(25)	(16.417)	
Amortização – mais valia	-	(12.924)	-	-	-	(12.924)	
Baixas	26	38	-	-	-	64	
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>(19.101)</b>	<b>(707.319)</b>	<b>(250)</b>	<b>(16.431)</b>	<b>(149)</b>	<b>(743.250)</b>	
<b>Valor residual líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	65.456	947.773	2.457	118.861	37.016	1.171.563	
<b>Saldo em 31/03/2012</b>	<b>68.145</b>	<b>949.856</b>	<b>2.413</b>	<b>118.861</b>	<b>49.558</b>	<b>1.188.833</b>	

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

## Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A. visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. Conforme reunião de mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber o montante de R\$17.436 (R\$8.718 proporcional à participação da Companhia) da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com complementação dos valores adicionais pagas em moeda corrente, caso o valor da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante de R\$5.771 (R\$2.886 proporcional à participação da Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O saldo remanescente da linha de transmissão continuará sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento
- (vii) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Santa Rita, Manave e no Projeto UHE de Garibaldi.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2012 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

## 15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Econorte	<b>34.920</b>	32.401
Concepa	<b>1.451</b>	1.451
Concer	<b>408</b>	408
	<b>36.779</b>	34.260
Parcela do circulante	<b>8.342</b>	7.547
Parcela do não circulante	<b>28.437</b>	26.713

## Notas Explicativas

## 16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/03/12	31/12/11
<b>Triunfo (controladora):</b>				
FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	26.633	28.278
<b>Concepa:</b>				
Cédula de crédito bancário - Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	18.737	18.420
Capital de giro – Santander	Sem aval	121,5% do CDI	64	8.092
Cédula de crédito bancário – Votorantim	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	128,5% do CDI	-	98.810
<b>Concer:</b>				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.279	1.448
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	8.135	8.948
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	1.553	1.693
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	6.165	6.429
Financiamento de imobilizado - FINAME – Santander	Alienação fiduciária	7% a.a.	110	134
Contrato de alienação fiduciária – Banco Guanabara	Aval da diretoria	18% a.a.	194	233
Capital de giro – Santander	Sem aval	121,5% do CDI	25.104	18.956
<b>Portonave:</b>				
Financiamento de imobilizado - GE Capital	Ações da Portonave, Iceport e Teconnave	Varição Cambial + 5,7452% a.a.	77.896	85.546
<b>Iceport:</b>				
Capital de giro – Bradesco	Sem aval	CDI + 1,82% a.a.	212	-
Capital de giro – Daycoval	Sem aval	CDI + 0,80% a.a.	250	-
<b>Rio Guaíba:</b>				
Financiamento de imobilizado	Aval da Companhia (Triunfo)	9,0% a.a.	126	158
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Bradesco	Sem aval	12,82% a.a.	199	217
Financiamento de imobilizado - Finame - Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7,5% a.a.	389	470
Arrendamento mercantil - Bradesco	Nota promissória	21,67% a.a.	-	8
Financiamento de imobilizado - Finame – Santander	Alienação fiduciária	TJLP + 5,5% a.a.	55	58
Financiamento de imobilizado - Finame – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 10,0% a.a.	271	267
Contrato de alienação fiduciária – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,73% a.a.	72	78
<b>Maestra:</b>				
Capital de giro – Santander	Sem aval	13,24% a.a.	11.025	-
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	10.694	10.635
<b>Vessel:</b>				
Cédula de crédito bancário – Votorantim	Alienação fiduciária	CDI + 2,7% a.a.	30.815	29.879
<b>Rio Canoas:</b>				
Cédula de crédito bancário – Safra	Alienação fiduciária	9,85% a.a.	13.322	11.817
Financiamento de imobilizado - Finame – Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	10,0% a.a. a 12,0% a.a.	4.117	2.404
Financiamento de imobilizado - Finame – Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	8,7% a.a. a 12,0% a.a.	3.262	687
			<b>240.679</b>	<b>333.665</b>
Parcela do circulante			90.931	118.331
Parcela do não circulante			149.748	215.334

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2012 está assim distribuído:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	<b>3.412</b>	<b>49.561</b>
2014	<b>4.549</b>	<b>48.982</b>
2015	<b>4.549</b>	<b>30.824</b>
2016	<b>4.549</b>	<b>7.131</b>
Após 2016	<b>4.927</b>	<b>13.250</b>
	<b>21.986</b>	<b>149.748</b>

## 17. Debêntures

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Triunfo (controladora)	<b>356.938</b>	381.475
Concepa	<b>179.989</b>	22.523
Econorte	<b>118.241</b>	114.452
Maestra	<b>50.388</b>	48.842
Rio Canoas	<b>156.709</b>	150.631
	<b>862.265</b>	717.923
Parcela do circulante	<b>254.759</b>	216.951
Parcela do não circulante	<b>607.506</b>	500.972

## Notas Explicativas

### a) Triunfo

#### *1ª Emissão*

Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e 2010 são de R\$26.466 e R\$52.749, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e são remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$229 e R\$317 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

#### *2ª Emissão*

Em 12 de julho de 2010, foram emitidas 267 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$500.000, amortizáveis em cinco parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$135.487 e R\$140.839, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 3% ao ano, e são remuneradas semestralmente, sem carência.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$1.726 e R\$1.804 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

#### *3ª Emissão*

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$194.985 e R\$187.887, respectivamente.

## Notas Explicativas

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização a iniciar em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.360 e R\$4.474 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

### b) Concepa

#### *4ª Emissão*

Em 31 de março de 2012 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013. As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 dessas debêntures são de R\$23.291 e R\$22.523, respectivamente.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$402 e R\$469 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

#### *5ª Emissão*

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. O saldo devedor em 31 de março de 2012 é de R\$156.698.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$3.302 em 31 de março de 2012.

### c) Econorte

#### *2ª Emissão*

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única,

## Notas Explicativas

para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$118.241 e R\$114.452, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.661 e R\$1.743 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

### d) Maestra

#### *1ª Emissão*

Em 15 de julho de 2011, foram emitidas 80 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$80.000, amortizáveis mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015. Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$86.134 (R\$50.388 valor proporcional à participação na Companhia) e R\$83.491 (R\$48.842 valor proporcional à participação na Companhia).

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, e são remuneradas mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.640 (R\$959 valor proporcional à participação na Companhia) e R\$1.720 (R\$1.006 valor proporcional à participação na Companhia) em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

### e) Rio Canoas

#### *1ª Emissão*

Em 22 de novembro de 2011, foram emitidas 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$150.000. Elas terão um prazo de vigência de 13 meses, vencendo em 30 de dezembro de 2012. A referida emissão foi efetuada no contexto da negociação do financiamento de longo prazo do empreendimento junto ao BNDES e poderá ser liquidada antecipadamente por ocasião da liberação dos recursos deste financiamento de longo prazo. Os saldos

## Notas Explicativas

em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$ 156.709 e R\$150.631, respectivamente.

As debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.183 e R\$1.178 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2012, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	21.280	73.913
2014	53.400	118.383
2015	98.400	179.972
2016	45.000	130.838
2017	45.000	59.400
2018	45.000	45.000
	<b>308.080</b>	<b>607.506</b>

## Notas Explicativas

### 18. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>2.618</b>	3.806
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	<b>7.619</b>	12.237
Imposto de Renda Retido na Fonte	<b>20</b>	13	<b>1.085</b>	1.042
Cofins	<b>3</b>	2	<b>2.242</b>	2.786
PIS	<b>1</b>	1	<b>1.042</b>	1.318
INSS	<b>2</b>	4	<b>792</b>	517
Imposto Sobre Serviços	<b>1</b>	1	<b>4.278</b>	3.715
Imposto sobre Operações Financeiras	<b>27</b>	41	<b>530</b>	381
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	<b>30</b>	27	<b>498</b>	147
Outros impostos e contribuições	-	-	<b>1.814</b>	2.174
	<b>84</b>	89	<b>22.518</b>	28.123
Parcela do circulante	<b>84</b>	89	<b>18.506</b>	23.622
Parcela do não circulante	-	-	<b>4.012</b>	4.501

### 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/03/12	31/12/11
Portonave	<b>598</b>	3.269
Maestra	<b>3.891</b>	3.945
NTL	<b>32.745</b>	22.207
Vessel	<b>21.000</b>	12.628
Triunfo	<b>294.994</b>	271.753
	<b>353.228</b>	313.802

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Reserva de reavaliação	<b>118.426</b>	123.090
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	<b>199.019</b>	202.568
Variação cambial	<b>8.296</b>	5.729
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>37.246</b>	35.090
	<b>362.987</b>	366.477

## Notas Explicativas

### 20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Aquisição de investimento na Santa Rita	-	21.498	-	21.498
Aquisição de direito de exploração de superfície	<b>10.250</b>	10.250	<b>10.250</b>	10.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	<b>4.500</b>	-
	<b>10.250</b>	31.748	<b>14.750</b>	31.748
Parcela do circulante	-	21.498	<b>4.500</b>	21.498
Parcela do não circulante	<b>10.250</b>	10.250	<b>10.250</b>	10.250

#### a) Aquisição de investimento na Santa Rita

Em 2011, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme mencionada na nota explicativa nº 1 a) iv). O saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012.

#### b) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

#### c) Aquisição de investimento na Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonau celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a) iv). Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonau efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

### 21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

## Notas Explicativas

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 (R\$16 no consolidado) e para implantação de adutora o valor de R\$156 (R\$98 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagará à controlada Concer uma remuneração total de R\$7.942 (R\$4.964 no consolidado). Até 31 de março de 2012, a Eletronet pagou R\$6.615 (R\$4.134 no consolidado) à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1 (R\$0,625 no consolidado). O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286 (R\$179 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Receita recebida antecipadamente	<b>10.485</b>	10.294
(-) Receita apropriada ao resultado	<b>(1.419)</b>	(1.386)
	<b>9.066</b>	8.908

## 22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/11</b>	<b>Complemento</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>31/03/12</b>
Processos cíveis	<b>548</b>	551	(62)	<b>1.037</b>
Processos trabalhistas	<b>172</b>	669	(6)	<b>835</b>
Total provisão	<b>720</b>	1.220	(68)	<b>1.872</b>

## Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$20.870 e R\$18.307 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

As principais alterações que aconteceram dos litígios divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31/12/2011 para o primeiro trimestre de 2012 foram as inclusões dos processos trabalhistas e cíveis advindos da aquisição da controlada Moss, no montante de R\$1.000.

### 23. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

## Notas Explicativas

### b) Dividendos

O montante de dividendos a pagar de R\$2.133 em 31 de março de 2012 refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes do exercício de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, calculado conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2011	21.802
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157
Base de cálculo de dividendos	88.530
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.133
Dividendos distribuídos e aprovados em 2011	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	2.133
 Dividendos por lote de mil ações (em reais)	 0,0146

### c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

### d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 14, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

## Notas Explicativas

### e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>14.990</b>	8.484
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>146.000.000</b>	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	<b>1.461.644</b>	635.616
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	<b>(1.422.959)</b>	<b>(635.616)</b>
Resultado por ação – básico	<b>0,10267</b>	0,05811
Resultado por ação - diluído	<b>0,10264</b>	0,05811

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010 e 1º de maio de 2011 o Conselho de Administração aprovou três outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impacto no cálculo do lucro diluído por ação em 2010 e 2011, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

### f) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro líquido	<b>14.990</b>	8.484
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>9.895</b>	10.429
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>7.764</b>	6.274
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>32.649</b>	25.187
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<b>(750)</b>	<b>(424)</b>
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	<b>31.899</b>	24.763

## Notas Explicativas

### g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### h) Ágio em transações de capital

Esse ágio corresponde a mais valia referente a aquisição dos 12% da participação na Santa Rita, de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

## 24. Receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	<b>128.826</b>	114.265
Operação de carga de terceiros - porto	<b>36.328</b>	28.847
Operação de carga própria - porto	<b>15.201</b>	8.775
Construção de ativos das concessões de rodovia	<b>28.720</b>	28.536
Operação de cabotagem	<b>13.100</b>	-
Outros	<b>1.911</b>	1.199
	<b>224.086</b>	181.622
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(18.722)</b>	(14.256)
	<b>205.364</b>	167.366

## 25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

## Notas Explicativas

Anualmente, a partir da data da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembléia de 27 de julho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>			
	<b>31/03/12</b>		<b>31/12/11</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Preço médio ponderado – R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço médio ponderado – R\$</b>
Saldo no início do ano	<b>1.500.000</b>	<b>9,00</b>	1.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	500.000	9,00
Saldo no final do ano	<b>1.500.000</b>	<b>9,00</b>	1.500.000	9,00

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Ações exercíveis	<b>1.458.333</b>	1.333.333
Prazo de vida útil (anos)	<b>6</b>	6
Preço médio ponderado – R\$	<b>9,00</b>	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

<b>Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes</b>	<b>1 de maio de 2011</b>	<b>1 de maio de 2010</b>	<b>23 de setembro de 2009</b>
Taxa de juros livre de risco	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	24,54	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 são de R\$637 e R\$322, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas

## Notas Explicativas

com remuneração de administradores no montante de R\$553 (R\$279 em 31 de março de 2011) e despesa com pessoal no montante de R\$84 (R\$43 em 31 de março de 2011).

### 26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Companhia</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada (i)</u>
Econorte	Danos patrimoniais e perda de receita	473.275
Concepa	Garantia de execução da concessão	13.193
Concer	Responsabilidade civil	12.920
Concer	Garantia de execução da concessão	13.331
Concer	Danos materiais e perda de receita	69.169
Concepa	Riscos operacionais	19.978
Portonave	Seguro operador portuário	US\$ 166.000
Concer e Concepa	Frota de veículos	100% da tabela FIPE (ii)
Rio Verde	Responsabilidade civil	10.000
Rio Verde	Riscos operacionais	330.000
Rio Canoas	Responsabilidade civil	15.000
Rio Canoas	Risco de engenharia	616.076

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Não são considerados os percentuais de participação da Triunfo. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

(ii) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

### 27. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$10.486.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 1.500.000 de opções de compra de ações da Companhia.

Até 31 de março de 2012 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$1.646 (R\$2.156 em 31 de março de 2011) na controladora e de R\$3.047 (R\$4.003 em 31 de março de 2011) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$553 (R\$279 em 31 de março de 2011) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

## Notas Explicativas

### 28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2012 e de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	<b>14.990</b>	8.484	<b>16.134</b>	12.627
Lucro antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	<b>4.767</b>	599
<b>Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>14.990</b>	8.484	<b>20.901</b>	13.226
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	<b>(5.097)</b>	(2.885)	<b>(7.106)</b>	(4.497)
Exclusões (adições) permanentes	<b>5.097</b>	2.885	<b>1.195</b>	(2.431)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	<b>(5.911)</b>	(6.928)
Alíquota efetiva			<b>28,3%</b>	52,4%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

### 29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	<b>156</b>	136	<b>1.904</b>	863
Juros recebidos	-	-	-	167
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>130</b>	1.036	-	594
Outros juros e descontos obtidos	<b>94</b>	-	<b>195</b>	66
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	<b>(12.337)</b>	(7.291)	<b>(19.575)</b>	(9.885)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>(2.068)</b>	(2.907)	<b>(10.848)</b>	(14.743)
Outros juros, multas e atualizações	<b>(707)</b>	(472)	<b>(2.492)</b>	(2.815)
Impostos sobre operações financeiras	<b>(57)</b>	(81)	<b>(825)</b>	(598)
Variação cambial, líquidas	-	-	<b>3.345</b>	1.963
Resultado financeiro	<b>(14.789)</b>	(9.579)	<b>(28.296)</b>	(24.388)

## Notas Explicativas

### 30. Instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>59.314</b>	141.937	<b>59.314</b>	141.937
Aplicações financeiras vinculadas	<b>45.278</b>	55.583	<b>45.278</b>	55.583
Contas a receber, líquidas	<b>46.565</b>	46.359	<b>46.565</b>	46.359
Impostos a recuperar	<b>12.063</b>	10.381	<b>12.063</b>	10.381
Depósitos judiciais	<b>1.392</b>	1.429	<b>1.392</b>	1.429
<b>Total</b>	<b>164.612</b>	255.689	<b>164.612</b>	255.689
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	<b>240.679</b>	333.665	<b>240.679</b>	333.665
Debêntures e prêmio de não conversão	<b>862.265</b>	717.923	<b>862.265</b>	717.923
Fornecedores	<b>61.112</b>	57.647	<b>61.112</b>	57.647
Salários, provisões e contribuições sociais	<b>14.118</b>	13.025	<b>14.118</b>	13.025
Dividendos	<b>2.133</b>	10.399	<b>2.133</b>	10.399
Impostos a pagar	<b>22.518</b>	28.123	<b>22.518</b>	28.123
Arrendamento mercantil	<b>19.841</b>	24.835	<b>19.841</b>	24.835
Outras obrigações	<b>14.750</b>	31.748	<b>14.750</b>	31.748
<b>Total</b>	<b>1.237.416</b>	1.217.365	<b>1.237.416</b>	1.217.365

## Notas Explicativas

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,0% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

**Notas Explicativas***Triunfo (Controladora e consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras	CDI	10,00%	7,50%	5,00%
Triunfo (controladora)		3.169	2.377	1.585
Concepa		1.372	1.029	686
Econorte		1.765	1.324	883
Concer		155	116	77
Portonave		1.129	846	564
Iceport		7	5	4
Rio Canoas		1.291	969	646
		8.888	6.666	4.445

R\$88.883 (\*)

(\*) Saldos em 31 de março de 2012 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2012, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 31 de março de 2012, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

*Triunfo (Controladora)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	14	17	20
R\$135 (*)		14	17	20
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	1.310	1.638	1.965
2ª Emissão de Debêntures	TJLP	8.129	10.162	12.194
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	10.724	13.405	16.086
R\$356.938 (*)		20.163	25.205	30.245
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	4,95%	6,19%	7,43%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,50%	6,88%	8,25%

(\*) Saldos em 31 de março de 2012

**Notas Explicativas***Triunfo (Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – Controladora	CDI	14	17	20
Capital Giro – Concepa	CDI	6	8	10
CCB – Concepa	IGP-M	927	1.159	1.391
BNDES – Concer	TJLP	581	727	872
Capital Giro – Concer	CDI	2.510	3.138	3.766
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	(153)	9.170	18.414
Capital Giro – Iceport	CDI	46	58	69
Capital Giro – Maestra	TJLP	662	827	992
Finame – Rio Bonito	TJLP	43	54	64
BNDES – NTL	CDI	638	798	957
CCB – Vessel	CDI	3.082	3.852	4.622
CCB – Rio Canoas	CDI	1.332	1.665	1.998
CCB – Rio Canoas	TJLP	196	245	294
Finame – Rio Canoas	TJLP	247	309	371
R\$205.980 (*)		10.131	22.027	33.840
1ª Emissão Debêntures – Controladora	IGP-M	1.310	1.638	1.965
2ª Emissão Debêntures - Controladora	TJLP	8.129	10.162	12.194
3ª Emissão Debêntures - Controladora	IPCA	10.724	13.405	16.086
Debêntures – Econorte	CDI	11.824	14.780	17.736
Debêntures - Concepa	IGP-M	8.909	11.137	13.364
Debêntures - Maestra	CDI	5.039	6.299	7.558
Debêntures – Rio Canoas	CDI	15.671	19.589	23.506
R\$862.265 (*)		61.606	77.010	92.409
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	4,95%	6,19%	7,43%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	VC (dólar)	1,80	2,25	2,70
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,50%	6,88%	8,25%

(\*) Saldos em 31 de março de 2012

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de

## Notas Explicativas

financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

### c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

### d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

### f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

## Notas Explicativas

### g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/11	31/12/11	31/12/11
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	<b>26.633</b>	28.278	<b>240.679</b>	333.665
Debêntures (Nota 17)	<b>356.938</b>	381.475	<b>862.265</b>	717.923
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<b>(27.574)</b>	(14.241)	<b>(59.314)</b>	(141.937)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	<b>(6.647)</b>	(26.523)	<b>(45.278)</b>	(55.583)
Dívida líquida	<b>349.350</b>	368.989	<b>998.352</b>	854.068
Patrimônio líquido	<b>1.376.169</b>	1.360.542	<b>1.376.119</b>	1.360.542
Total do capital	<b>1.725.519</b>	1.729.531	<b>2.374.471</b>	2.214.610
Índice de alavancagem financeira - %	<b>20,25</b>	21,33	<b>42,05</b>	38,57

## 31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonaus, Moss, MaNave, Portonave, Teconnave e Iceport;

## Notas Explicativas

- Cabotagem: As controladas Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Rio Canoas, Rio Claro e TNE;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Trevally, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Luve, Santa Clara, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/03/2012						Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding		
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	146.244	48.578	10.542	-	-	-	-	205.364
Custos dos serviços prestados	(80.256)	(34.683)	(24.719)	-	-	-	-	(139.658)
Lucro bruto	65.988	13.895	(14.177)	-	-	-	-	65.706
Receitas (Despesas) operacionais	(10.467)	(6.692)	(358)	(447)	(42)	29.779	(33.049)	(21.276)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	55.521	7.203	(14.535)	(447)	(42)	29.779	(33.049)	44.430
Resultado financeiro	(11.943)	1.844	(4.199)	791	-	(14.789)	-	(28.296)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.578	9.047	(18.734)	344	(42)	14.990	(33.049)	16.134
Imposto de renda e contribuição social	(10.177)	(2.107)	6.373	-	-	-	-	(5.911)
Lucro líquido das operações em continuidade	33.401	6.940	(12.361)	344	(42)	14.990	(33.049)	10.223
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	4.767	4.767
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	33.401	6.940	(12.361)	344	(42)	14.990	(28.282)	14.990
Participação de acionistas não controladores	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Lucro líquido do exercício	33.401	6.931	(12.361)	344	(42)	14.990	(28.282)	14.981
Ativos totais por segmento	1.095.350	1.049.505	144.093	400.485	11.604	1.832.155	(1.101.879)	3.431.313
Passivos totais por segmento	609.436	355.940	158.829	216.027	126	455.986	(123.132)	1.673.212

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	31/03/2011						Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding		
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	132.220	35.146	-	-	-	-	-	167.366
Custos dos serviços prestados	(78.123)	(25.519)	-	-	-	-	-	(103.642)
Lucro bruto	54.097	9.627	-	-	-	-	-	63.724
Receitas (Despesas) operacionais	(9.287)	(4.569)	(5.318)	(390)	(1)	18.063	(25.207)	(26.709)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	44.810	5.058	(5.318)	(390)	(1)	18.063	(25.207)	37.015
Resultado financeiro	(12.145)	134	(2.798)	-	-	(9.579)	-	(24.388)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.665	5.192	(8.116)	(390)	(1)	8.484	(25.207)	12.627
Imposto de renda e contribuição social	(5.540)	(1.388)	-	-	-	-	-	(6.928)
Lucro líquido das operações em continuidade	27.125	3.804	(8.116)	(390)	(1)	8.484	(25.207)	5.699
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	599	599
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	27.125	3.804	(8.116)	(390)	(1)	8.484	(24.608)	6.298
Participação de acionistas não controladores	-	7	2.280	-	-	-	-	2.287
Lucro líquido do exercício	27.125	3.811	(5.836)	(390)	(1)	8.484	(24.608)	8.585
Ativos totais por segmento	1.026.742	1.070.760	86.973	68.093	4	1.656.981	(919.041)	2.990.512
Passivos totais por segmento	493.549	384.591	62.510	588	-	277.356	(66.354)	1.152.240

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

## Notas Explicativas

### 32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer (valores não proporcionalizados à participação da Companhia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012 a 2013	59.548
2014 a 2021	10.141
	<u>69.689</u>

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	45.050
2013	15.648
2014 a 2017	6.971
	<u>67.669</u>

Até 31 de março de 2012, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de março de 2012 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012 a 2014	1.237
2015 a 2017	1.223
	<u>2.460</u>

## Notas Explicativas

### c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de março de 2012, estão previstos investimentos no montante de R\$450.845.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	24.360
2013	29.600
2014	31.342
2015	15.055
Após 2015	350.488
	<u>450.845</u>

### d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

### e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 “b”.

### f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público (“UBP”). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27.10.11, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011. O montante da obrigação foi reconhecida nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2012,

## Notas Explicativas

na rubrica de outros débitos, no montante de R\$10.023, segregados em R\$7.083 no curto prazo e R\$2.940 no longo prazo.

### 33. Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 31 de março de 2012, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	31/03/2012			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos	Pagamentos	Valor presente dos
		pagamentos		pagamentos
Dentro de um ano	58	40	1.369	1.328
Após um ano, mas menos de 5 anos	77	71	18.472	17.630
	135	111	19.841	18.958

### 34. Eventos subsequentes

#### a) Aeroporto Internacional de Campinas

Em 5 de abril de 2012, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, confirmou a decisão da Comissão Especial de Licitação referente ao resultado do Leilão nº 002/2011 (“Leilão”) que habilitou o Consórcio Aeroportos Brasil, mantendo, assim, o mesmo como vencedor do certame. Na mesma oportunidade, a ANAC já homologou o Leilão e adjudicou o aeroporto de Viracopos ao Consórcio. O Contrato de Concessão, cuja data de assinatura esta prevista para maio de 2012, engloba os serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos) durante 30 (trinta) anos.

#### b) 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 2 de maio de 2012, a Companhia emitiu notas promissórias no montante de R\$300.000, atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,60% ao ano, para pagamento do saldo devedor da 2ª emissão de debêntures e para investimentos em seus negócios.

\*\*\*

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 31 de março de 2012 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	88.009	60,28	-	-	88.009	60,28
João Villar Garcia	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.885	1,29	-	-	1.885	1,29
Miguel Ferreira Aguiar	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Wilson Piovezan	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,41	-	-	600	0,41
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	480	0,33	-	-	480	0,33
Sandro Antônio de Lima	11	0,01	-	-	11	0,01
Paula Paulozzi Villar	13	0,01	-	-	13	0,01
Cayuga Park QVT LLC (i)	5.465	3,74	-	-	5.465	3,74
Squadra M Long	13.757	9,42	-	-	13.757	9,42
UBS AG London Branch (i)	3.025	2,07	-	-	3.025	2,07
Vinci Gas Fundo Inv em Ações	8.959	6,13	-	-	8.959	6,13
Morgan Stanley Uruguay (i)	2.232	1,53	-	-	2.232	1,53
Deutsche Bank (i)	2.134	1,46	-	-	2.134	1,46
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	13.430	9,20	-	-	13.430	9,21
<b>Total</b>	<b>146.000</b>	<b>100,0</b>	-	-	<b>146.000</b>	<b>100,0</b>

(i) Companhia domiciliada no exterior.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>						
<b>Denominação:</b>					<b>Posição em 31 de março de 2012 (Em Mil Ações ou Cotas)</b>	
<b>THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
<b>Acionista / Cotista</b>	<b>Ações Ords. / Cotas</b>		<b>Ações Prefs. / Cotas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
<b>Total</b>	<b>143.218</b>	<b>100</b>	-	-	<b>143.218</b>	<b>100</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 31 de março de 2012</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	96.373.695	66,01	-	-	96.373.695	66,01
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	202	0,00	-	-	202	0,00
Diretoria	624.389	0,43	-	-	624.389	0,43
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	49.001.714	33,56	-	-	49.001.714	33,56
<b>Total</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 31 de março de 2011</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	96.393.395	66,02	-	-	96.393.395	66,02
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	209.901	0,14	-	-	209.901	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	48.777.938	33,41	-	-	48.777.938	33,41
<b>Total</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

### **3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos  
Administradores e Acionistas da  
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 1.a) iii., a Companhia continua em fase de negociação para alienação de sua controlada Rio Verde Energia S.A.. Os saldos referentes a esse investimento estão registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nas rubricas de “participações a comercializar” e “ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Nossa conclusão não está ressvada em função desse assunto.  
Outros assuntos

### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris  
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 8 de maio de 2012 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

São Paulo, 8 de maio de 2012.

Carlo Alberto Bottarelli  
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 8 de maio de 2012 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

São Paulo, 8 de maio de 2012.

Carlo Alberto Bottarelli  
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores